

*PENSANDO A PAZ NA AMÉRICA DO SUL. ASPECTOS DA VIOLÊNCIA
ESTRUTURAL NOS CASOS DE BRASIL, ARGENTINA, CHILE E VENEZUELA.*

Érica C. A. WINAND¹

Cristiano A. Diniz GUERRA SILVESTRE²

Jorge RODRIGUES³

Resumo:

O presente artigo tem por finalidade explorar, em perspectiva panorâmica, empecilhos impostos à chamada “paz positiva” em países sul-americanos, à luz de suas determinantes e condicionantes. A partir de critérios vinculados à intersecção entre dados estritamente econômicos e outros relacionados ao desenvolvimento humano, recortamos para análise particular, os casos de Brasil, Argentina, Chile e Venezuela, objetivando a realização de uma comparação sobre aspectos mais marcantes à situação da violência estrutural em cada caso, bem como a existência de políticas públicas que articulem a garantia da segurança ao fomento de ambientes férteis para estabelecimento de uma relação positiva entre desenvolvimento humano e paz.

Abstract:

This article's objective is to explore, in a panoramic perspective, obstacles imposed to the so-called “positive peace” in South-American countries, in light of determining and conditioning factors. Starting with criteria connected to the intersection of strictly economic data — and others related to human development — we chose Brazil,

¹ Doutora em História e Cultura Política pela UNESP. Professora Adjunta do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Pesquisadora do Grupo de Estudos em Defesa e Segurança Internacional (GEDES) e líder do Grupo de Estudos Comparados em Política Externa e Defesa (COPEDE). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1898444282498966>, ericawinand@yahoo.com.br

² Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), mestrando em Relações Internacionais pela Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO/ARG) e membro do Grupo de Estudos Comparados em Política Externa e Defesa (COPEDE). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1983933939932696>, cristiano.guerra@outlook.com

³ Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Mestrando em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC/SP). Membro do Observatório de Política Externa do Paraguai e do Grupo de Estudos Comparados em Política Externa e Defesa (COPEDE), bem como do Grupo de Estudos em Defesa e Segurança Internacional (GEDES). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3068399492612910>, jorgerodrigues1994@gmail.com

Pensando a paz na América do sul. Aspectos da violência estrutural nos casos de Brasil, Argentina, Chile e Venezuela.

Argentina, Chile and Venezuela for a special analysis, comparing the most important aspects regarding the situation of structural violence in each case, as well as the existence of policies strengthening fertile environments in order to establish a positive relationship between human development and peace.

Palavras-Chave: América do Sul, Violência, Segurança; Estudos de Paz

Keywords: South America, Violence, Security; Peace Studies

Problematização conceitual e do objeto

Galtung inicia seu texto “Violence, Peace and Peace Research”,⁴ chamando atenção ao fato de poucos vocábulos serem tão copiosamente repetidos, seja na esfera do exercício político, acadêmico, ou da cidadania, quanto o vocábulo “paz”. Também enfatiza que embora figure como escopo universal, os métodos para problematizar a paz, seja enquanto objeto de estudo ou enquanto intervenção política, não gozam de univocidade⁵ e, muitas vezes são conduzidos com questionáveis rigor e isenção ideológica e/ou política.⁶ Para o pensador, paz vai além do tradicional conceito de “ausência de guerra”, o que, estaria mais próximo do que ele conceitua como “paz negativa”. Se, por um lado, a paz está atrelada ao fim ou à minimização da violência, por outro, por outro, o “cessar fogos” durante um conflito armado não correspondente à paz plena, que só seria alcançada quando se estabelecesse o que é por ele concebido como “paz positiva” e que condiz prioritariamente à ausência da violência estrutural. A última, por seu turno, impede

⁴ Johan Galtung, “Violence, Peace and Peace Research”, *Journal of Peace Research* 6, n. 3 (1969): 167-191.

⁵ “Univocidade conceitual” ocorre quando se atribui a cada conceito, e só a ele, uma e apenas única semântica”. Héctor Saint-Pierre e Diego Lopes da Silva, “A Torre de Babel sul-americana: a importância da convergência conceitual para a cooperação em Defesa”, em *Relações Internacionais: Olhares Cruzados* (Brasília: FUNAG, 2014): 285.

⁶ Johan Galtung, *Theories of Peace. A Synthetic Approach to Peace Thinking*. (Oslo: International Peace Research Institute, 1967): 167.

condições de indivíduos de conquistar “qualidade de vida, crescimento pessoal, liberdade, igualdade social, equidade econômica, solidariedade, autonomia e participação”.⁷

Com base na leitura de Galtung, Ferreira pondera que embora a paz evocada pelo pensador norueguês pareça utópica, sua leitura é um despertar de consciência ao fato de que os estudos sobre a Paz necessitam, para além das reflexões sobre redução da violência direta –seja ela inter ou intraestatal – abarcar violência indireta como objeto de análise.⁸

Violência na América Latina

Ao contrário do que afirmado pelo senso comum, a concepção de América Latina como zona de paz não é irrefutável, nem do ponto de vista da análise dos conflitos militares,⁹ nem pelas vertentes mais críticas de segurança. De acordo com Andrés Serbin,

[...] ainda que a América Latina seja percebida como a região mais pacífica do planeta, dadas em seu interior, certas condições de desigualdade e exclusão social, as possibilidades de conflito violento são muito altas, e a implementação de medidas de prevenção sistemática dos mesmos é extremamente limitada [...]¹⁰

O autor acima citado acrescenta que desde o processo de democratização da década de 1980, na América Latina, não se tem logrado reverter situações “*de exclusão social, pobreza e de consolidação da institucionalidade democrática que permita ao*

⁷ Marcos A. S.V. Ferreira. “A contemporaneidade dos conceitos de paz e violência em Johan Galtung e sua aplicabilidade para a América do Sul” em *Defesa e Segurança do Atlântico Sul*, Érica Winand et al. (São Cristóvão: UFS, 2016).

⁸ *Ibidem*.

⁹ Para David Mares, a notificação de incidentes militarizados que ocorreram na região entre 2005 e 2011, denunciam o ânimo violento da região que, segundo o autor, seriam caracterizados por um “baixo nível de hostilidade” porque: “As restrições internacionais sobre as guerras de agressão óbvia e de ganância são suficientes para convencer os países latino-americanos, significativamente imersos na economia global e no mundo diplomático, que os custos de um conflito militar superariam, em muito, os benefícios. No nível doméstico, o público latino-americano não simpatiza com as guerras de conquista, apesar de suas tendências nacionalistas. Mas negociações militarizadas de baixo nível, tais como ameaças verbais e demonstrações de força, muitas vezes encontram apoio no público e reticência por parte das instituições regionais em se envolverem. Desta maneira, militarização de baixo nível pode recompensar o iniciador, e as instituições de segurança regionais ironicamente criam um “risco moral” promovendo este comportamento arriscado”. David Mares, “Por que os latino-americanos continuam a se ameaçar: o uso da força militar nas relações intra latino-americanas”. *Varia Historia* 28, n. 48 (Julho/Dezembro 2012): 600-602.

¹⁰ Andres Serbin, “La construcción de la paz, la prevención de conflictos y el rol de la sociedad civil em America Latina y el Caribe”, *Nueva Sociedad* 198 (2005): 117.

Pensando a paz na América do sul. Aspectos da violência estrutural nos casos de Brasil, Argentina, Chile e Venezuela.

cidadão aprofundar o exercício de seus direitos civis, políticos e econômicos, sociais e culturais”, o que por si conforma um cenário no qual se podem aguçar tensões e polarizações socioeconômicas, passíveis de resultar em crises políticas, a exemplo dos casos da Bolívia, Argentina e Haiti.¹¹ Uma vez que o mencionado artigo fora publicado em 2005, caber-nos-ia acrescentar o caso do Paraguai, no qual polarizações políticas se sobrepuseram ao respeito à democracia, à época do *impeachment* de Fernando Lugo, em 2014,¹² e a crise política vivenciada atualmente pelo Brasil que resultou na admissibilidade, pelo Congresso do País, do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff.

O fato é que são diversas e difusas as manifestações de violência na América Latina, passíveis de questionar a capacidade do Estado em lidar com conflitos e polarizações de caráter socioeconômicos e também políticos. Para Tavares dos Santos,¹³ as seguintes formas de violência são tendências predominantes na América Latina do Século XXI: 1. A violência estrutural decorrente da estrutura social e econômica dos Países latino-americanos, caracterizada por: “concentração da propriedade da terra, efeitos das políticas de ajuste estrutural, corrupção, concentração de renda, desigualdade social”; 2. A violência criminal urbana, provocadora de maior letalidade, em geral, disseminada por ações do crime organizado; 3. A delinquência urbana, em cujo conjunto podem ser arrolados os crimes contra patrimônio, os homicídios dolosos voluntários, as violações aos direitos humanos, os conflitos nas relações intersubjetivas; 4. Os conflitos sociais agrários, envolvendo também povos indígenas.

¹¹ *Ibidem*, 118.

¹² A Câmara dos Senadores aprovou a destituição por 39 votos contra 4. Ao todo, o processo durou 24 horas e, embora considerado legítimo pelo Tribunal Superior Eleitoral paraguaio, não foi legitimado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, principalmente pelo curto tempo para defesa que teve o acusado. A UNASUL denunciou o não cumprimento pelo Paraguai dos artigos 1, 5 e 6 do Protocolo Adicional do seu Tratado Constitutivo, referente às questões democráticas. O vice-presidente, Frederico Franco, assumiu o novo governo, não reconhecido pela Venezuela, pelo Equador, pela Bolívia e por Cuba. No âmbito do MERCOSUL, passou-se a pensar nas possíveis sanções ao Paraguai por ferir a Cláusula Democrática. A decisão final foi a suspensão do País da Cúpula de Presidentes do bloco.

¹³ José Vicente Tavares dos Santos, “Violências, América Latina: a disseminação de formas de violência e os estudos sobre conflitualidades”. *Sociologias* ano 4, n. 8, (jul/dez 2002): 18-20.

Ademais, Serbin adverte sobre a ocorrência de redes criminais locais e transnacionais, e dos existentes vínculos entre as mesmas com fluxos internacionais de narcotráfico, tráfico de pessoas, tráfico de armas e atividades terroristas que, em âmbito global têm como ilustrações: o conflito interno na Colômbia, o fenômeno das Maras na América Central, além de outras categorias de fenômenos violentos, explicados, por sua vez, por distintos fatores, e que podem encontrar exemplos nos casos do Sendero Luminoso no Peru, do Exército Guerrilheiro Tupac Katari (Bolívia), entre outros.¹⁴

Postas em evidência as diferentes manifestações da violência, cabe-nos enfatizar que nosso artigo não pretende discorrer sobre os números da violência direta, ou aquela que tem com meio “*desde o ataque pessoal com armas brancas até a destruição coletiva com armas de guerra*”,¹⁵ mas tratar das formas indiretas de violência que se encontram na raiz da violência estrutural e cultural de alguns Países de nossa região. Em adição, acreditamos que se, por um lado, a violência indireta alimenta os outros dois tipos de violência concebidos por Galtung, por outro, a violência direta, ou o que Ferreira chamou de “ato físico observável”¹⁶ termina constituindo resposta ao cerceamento de direitos imposto por um ou mais atores. Ou seja, firma-se recorrentemente como padrão de resolução de conflitos no bojo da violência estrutural e cultural.

Assim, partindo do pressuposto de que a imposição de limites ao desenvolvimento do potencial humano é o principal opositor da paz regional, e que a diminuição da violência está relacionada ao incremento “*da qualidade de vida, do crescimento pessoal, da liberdade, da igualdade social, da equidade econômica, da solidariedade, da autonomia e da participação*”¹⁷, nosso objetivo é buscar um panorama dos principais obstáculos à Paz da América do Sul, com base na observação de dados acerca de quatro casos particulares: Brasil, Argentina, Chile, e Venezuela.

¹⁴ Andres Serbin, “La construcción de la paz, la prevención de conflictos y el rol de la sociedad civil em America Latina y el Caribe”, 118.

¹⁵ Marcos A. S.V. Ferreira, “A contemporaneidade dos conceitos de paz e violência em Johan Galtung e sua aplicabilidade para a América do Sul”.

¹⁶ *Ibidem*.

¹⁷ Johan Galtung (1969, 1973) Apud. Marcos A. S.V. Ferreira. “A contemporaneidade dos conceitos de paz e violência em Johan Galtung e sua aplicabilidade para a América do Sul”.

Pensando a paz na América do sul. Aspectos da violência estrutural nos casos de Brasil, Argentina, Chile e Venezuela.

Buscaremos destacar os pontos fracos e fortes de cada País no sentido de se afastar e/ou se aproximar das condições à chamada Paz Positiva e de intervir sobre a chamada violência estrutural, a partir da relação entre componentes gerais e individualizados do Desenvolvimento Humano, e suas relações com as características do ambiente de segurança.

Portanto, concebemos o desenvolvimento como variável-chave da análise das condições estruturais da segurança, já que se as barreiras ao desenvolvimento fomentam a insegurança, a mesma é, viciosamente, uma barreira ao desenvolvimento, e vice-versa.

Com base nas percepções acima explicadas, a decisão por recortar aquele grupo de países se baseou na equação entre diferentes relatórios e dados, abaixo expostos e contextualizados e que, entretanto, nos conduzem à observação de intrincada tendência paradoxal entre desenvolvimento e segurança.

O Produto Interno Bruto – PIB – é um indicador de potência macroeconômica que quantifica bens de países e regiões, a partir dos seguintes componentes: 1. O consumo, que inclui: despesa das famílias em bens e serviços, bens duráveis, como carros e eletrodomésticos, e bens não duráveis, como alimento e vestuário; 2. As compras do governo, incluindo salários e despesas em obras públicas; 3. Investimento e 4. Exportações Líquidas. De acordo com estimativas do Fundo Monetário Internacional – FMI¹⁸ – para 2015, assim se classificaram os países da América do Sul, quanto ao seu PIB:

América do Sul ranking	Mundo ranking	País	PIB (PPC) 2015 milhões em USD	PIB (PPC) per capita 2015 USD
1	7	Brasil	3,172,815	15,518
2	26	Argentina	930,345	19,240
3	31	Colômbia	682,977	14,164
4	35	Venezuela	550,226	17,787
5	43	Chile	431,802	24,170

¹⁸ Fundo Monetário Internacional (FMI), “Argentina, Bolivia, Brazil, Chile, Mexico and Uruguay”, (2014). Acesso em 21/03/2016. <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2014/02>.

6	46	Peru	403,322	12,638
7	63	Equador	192,728	11,839
8	91	Bolívia	74,836	6,530
9	92	Uruguai	73,056	21,387
10	100	Paraguai	61,587	8,776
11	151	Suriname	9,766	17,502
12	160	Guiana	5,814	7,279

FONTE: Fundo Monetário Internacional (outubro de 2014). «Report for Selected Countries and Subjects». World Economic.

A flagrante desigualdade e concentração de renda dos países sul-americanos não nos permite, porém, tomar o PIB como parâmetro de análise da relação entre desenvolvimento e segurança. Ou seja, nem os mais altos PIB são exemplos de baixa violência, nem os mais baixos PIB são maiores exemplos de alta violência, como veremos abaixo.

Assim, é necessário que diferenciemos dois conceitos fundamentais referentes ao desenvolvimento, cujas particularidades são de imprescindível compreensão para que possamos validá-los como variáveis relacionadas ao incremento da violência ou à construção da paz. O primeiro, desenvolvimento econômico, compreende: “[...] o processo de sistemática acumulação de capital e de incorporação do progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante e, em consequência, dos salários e dos padrões de bem-estar de uma determinada sociedade”.¹⁹

Contudo, desde a década de 1990, quando o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) passou publicar relatórios sobre o Desenvolvimento Humano, a concepção antes voltada “às questões econômicas *strictu sensu*” cederam foco ao componente humano e à “dimensão ética presente nos processos de desenvolvimento”.²⁰

¹⁹ Luis Carlos Bresser-Pereira, “O conceito histórico de desenvolvimento econômico”, *Texto para discussão EESP/FGV 157* (dezembro de 2006): 1.

²⁰ Marcos Costa Lima, “Desenvolvimento e Globalização na Periferia. O elo perdido”, *Perspectivas 32* (jul./dez. 2007): p.15.

Pensando a paz na América do sul. Aspectos da violência estrutural nos casos de Brasil, Argentina, Chile e Venezuela.

E é de acordo com o referido parâmetro que o PNUD reconhece que “[...] índices de criminalidade e insegurança na América Latina e Caribe impõem entraves para o desenvolvimento econômico e social da região, mesmo face às recentes melhorias na governança. Como tal, o PNUD Brasil compartilha da prioridade brasileira de melhoria da situação de segurança pública e cidadania como caminho necessário ao desenvolvimento”²¹

Assim, pela visão do PNUD, não apenas o desenvolvimento econômico e social impactam as condições de segurança, como as últimas também condicionam o primeiro. Portanto, o primeiro problema que se coloca neste artigo, é quanto à necessidade de estabelecer correlações mais específicas entre diferentes faces da violência manifesta e suas condicionantes particulares, de modo a evitar generalizações automáticas quanto à relação do IDH com os índices de violência.

O Índice de Desenvolvimento Humano²² para a América Latina, do ano de 2014 nos apresenta o seguinte ranking, liderado positivamente pela Argentina:

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO LATINO-AMERICANO		
Ranking IDH Global	País	IDH 2014
40	Argentina	0,836
42	Chile	0,832
52	Uruguai	0,793
55	Bahamas	0,790
57	Barbados	0,785
58	Antígua e Barbuda	0,783
60	Panamá	0,780
64	Trinidade e Tobago	0,772

²¹UNDP in Latin American and Caribbean, “Relatório Regional de Desenvolvimento Humano 2013-2014. Segurança Cidadã com Rosto Humano: Diagnóstico e Propostas para a América Latina” (2013): 5. Acesso em Fevereiro de 2016. <http://www.latinamerica.undp.org>.

²² As três dimensões avaliadas pelo IDH são: 1. “Uma vida longa e saudável (saúde), medida pela expectativa de vida”, 2. “O acesso ao conhecimento (educação) é medido por: i) média de anos de educação de adultos, que é o número médio de anos de educação recebidos durante a vida por pessoas a partir de 25 anos; e ii) a expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar, que é o número total de anos de escolaridade que um criança na idade de iniciar a vida escolar pode esperar receber se os padrões prevalentes de taxas de matrículas específicas por idade permanecerem os mesmos durante a vida da criança; 3. E o padrão de vida (renda) é medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) per capita expressa em poder de paridade de compra (PPP) constante, em dólar, tendo 2005 como ano de referência. Além do colocado, observam-se também os índices complementares, como o Índice de Desigualdade de Gênero (IDG), e o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). PNUD, *Índice de Desenvolvimento Humano*. Acesso em março de 2016. <http://www.pnud.org.br/idh/IDH>.

67	Cuba	0,769
69	Costa Rica	0,766
71	Venezuela	0,762
74	México	0,756
75	Brasil	0,755
77	São Cristóvão e Nevis	0,752
79	Granada	0,750
84	Peru	0,734
88	Equador	0,732
89	Santa Lúcia	0,729
94	Dominica	0,724
97	Colômbia	0,720
97	São Vicente e Granadinas	0,720
99	Jamaica	0,719
101	Belize	0,715
101	República Dominicana	0,715
103	Suriname	0,714
112	Paraguai	0,679
116	El Salvador	0,666
119	Bolívia	0,662
124	Guiana	0,636
125	Nicarágua	0,631
128	Guatemala	0,627
163	Haiti	0,483

Fonte: PNUD, Ranking de IDH Global, 2014.

Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDH-Global-2014.aspx>>

Reduzindo ao âmbito da América do Sul, temos a seguinte classificação:

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO SUL-AMERICANO		
Ranking IDH Global	País	IDH 2014
40	Argentina	0,836
42	Chile	0,832
52	Uruguai	0,793
71	Venezuela	0,762
75	Brasil	0,755
84	Peru	0,734
88	Equador	0,732
97	Colômbia	0,720
103	Suriname	0,714
112	Paraguai	0,679
119	Bolívia	0,662
124	Guiana	0,636

Fonte: PNUD, Ranking de IDH Global, 2014.

Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDH-Global-2014.aspx>>

Pensando a paz na América do sul. Aspectos da violência estrutural nos casos de Brasil, Argentina, Chile e Venezuela.

Como se percebe, ao se confrontarem as tabelas de classificação de IDH e de PIB, ao passo que se incrementam outros dados distinto dos de caráter estritamente econômico, as classificações se alteram drasticamente, com exceção da Venezuela, que figura em quarto lugar, tanto na classificação do PIB, quanto do IDH, como mostra a tabela comparativa,²³ abaixo:

	<u>PIB</u>	<u>IDH</u>
1º lugar	Brasil	Argentina
2º lugar	Argentina	Chile
3º lugar	Colômbia	Uruguai
4º lugar	Venezuela	Venezuela
5º lugar	Chile	Brasil

Já o relatório de 2015 do *World Economic Forum's* (WEF), forneceu o seguinte ranking de competitividade econômica latino-americana:

	Overall Competitiveness Index		Basic Requirements		Efficiency Enhancers		Innovation and Sophistication Factors	
	Rank	Score	Rank	Score	Rank	Score	Rank	Score
Chile	33	4.6	30	5.25	29	4.68	49	3.88
Panama	48	4.43	53	4.82	55	4.29	46	3.95
Brazil	67	4.34	83	4.4	42	4.46	56	3.82
Mexico	61	4.27	69	4.59	60	4.2	59	3.73
Peru	65	4.24	74	4.52	62	4.19	99	3.34
Argentina	104	3.79	104	4.08	93	3.75	96	3.37
Venezuela	131	3.32	131	3.36	124	3.35	135	2.71

Table 1 Latin American Global Competitiveness Rankings

Fonte: Margaret Hayes, "Growth, Democracy, and the Middle Class in Latin America", *Georgetown Journal of International Affairs* (Winter/Spring 2015): 94.²⁴

²³A título comparativo, utilizaremos os dados dos cinco primeiros colocados da América do Sul.

²⁴ Tabela reeditada pelos autores para evidenciar os Países da América do Sul, classificados no ranking latino-americano.

Do quadro acima, excluindo da análise o Panamá e o México, com fins de manter o foco sobre a América do Sul, extraímos rankings individualizados em dois âmbitos: 1. Dos “Requerimentos Básicos”,²⁵ as posições do ranking assim se definem: 1º Chile, 2º Peru, 3º Brasil, 4º Argentina e 5º Venezuela. 2. Do critério “*Efficients Enhancers*”,²⁶ há uma inversão das colocações do Brasil e do Peru, a favor do primeiro. De acordo com Hayes²⁷ o segundo lugar do Brasil no critério de “*Efficiency Enhancers*”, pode estar relacionado ao notório investimento do País em educação pública, gratuita e de qualidade, a que acrescentamos uma série de incentivos ao ingresso em universidades particulares e públicas.

Nota-se assim, pelos dados apresentados que o crescimento e a competitividade econômicos não são necessariamente acompanhados pelo desenvolvimento. Os maiores exemplos de discrepância são: Brasil que tem o maior PIB e é o quinto IDH da América do Sul, e o Chile que tem o quinto PIB, porém o segundo melhor IDH de toda a América Sul. Argentina e Venezuela apresentam os casos de menor discrepância entre as condições estritamente econômicas e aquelas vinculadas ao desenvolvimento humano: Argentina tem o segundo maior PIB e o primeiro IDH da América do Sul e, por fim, a Venezuela, cuja colocação no PIB e no IDH são idênticas.

É com base na sobreposição de dados acima exposta que recortamos para análise os casos de Brasil, Chile, Argentina e Venezuela.

Vale destacar que entre os quatro países, dois situam-se no conjunto global de Países com muito alto IDH (Argentina e Chile) e os outros dois são avaliados como Países com alto IDH (Brasil e Venezuela), ou seja, tratam-se, supostamente, de países que,

²⁵Que “englobam a performance de instituições públicas e privadas, incluindo avaliações de direitos de propriedade, ética e corrupção, eficiência governamental e segurança [...], ambiente macroeconômico, saúde e educação primária”. Margaret Hayes, “Growth, Democracy, and the Middle Class in Latin America”, *Georgetown Journal of International Affairs* (Winter/Spring 2015): 94. Tradução nossa.

²⁶“Impulsores de Eficiência são compostos de quantidade e qualidade da educação básica e superior, eficiência de mercado (aí inclusas competições doméstica e estrangeira), restrições ao comércio, eficiência do mercado de trabalho, desenvolvimento do mercado financeiro e prontidão tecnológica, e o tamanho tanto do mercado interno quanto das exportações”. *Ibidem*, 94.

²⁷*Ibidem*, 96.

Pensando a paz na América do sul. Aspectos da violência estrutural nos casos de Brasil, Argentina, Chile e Venezuela.

analisados no contexto global, e, em comparação com outros Estados do globo, estão, segundo os dados do IDH, acessando condições favoráveis ao desenvolvimento das potencialidades humanas. Todavia, Informe da Anistia Internacional registra que: “Em todo o Continente Americano, a desigualdade cada vez mais profunda, a discriminação, a degradação ambiental, a impunidade histórica, a insegurança crescente e os conflitos continuaram a impedir que a população desfrutasse plenamente de seus direitos humanos. Na verdade, quem tomasse a frente na promoção e defesa desses direitos enfrentava intensa violência”.²⁸

O paradoxo entre desenvolvimento e violência

Gorgal reconhece que a década de 1990 trouxe, juntamente com as mudanças de orientação política, econômica, cultural, tecnológica e social, uma onda paradoxal de crescimento econômico e aumento crescente de delitos que, em sua opinião, “ameaçam sistematicamente a propriedade, a liberdade dos cidadãos, atentam contra a paz e a tranquilidade pública e erodem os laços sociais e valores comuns”.²⁹ Todavia, o autor ressalva que ainda que na primeira metade da década de 1990, assistia-a notoriamente à redução significativa da pobreza, também era inegável o desequilíbrio no que toca ao acesso ao trabalho. Ou seja, a diminuição da pobreza não significou a inclusão contrapesada ao mercado de trabalho, sobretudo dos jovens, que constituem a camada mais vulnerável ao crime.

Segundo dados do Instituto Igarapé, dez entre os quinze países com pior distribuição de renda do mundo estão na América Latina. Observa-se, ademais, um “desemprego crônico”: 13% dos jovens da América Latina e do Caribe, entre 15 e 24 não trabalham. No Brasil, a cada 1% de aumento da taxa de desemprego entre jovens, há 2,1% de aumento na taxa de homicídios.³⁰ Há de se ressaltar que embora a economia reflita na

²⁸ Anistia Internacional, “Informe 2014/2015”, *O estado dos Direitos Humanos no Mundo* (2015): 12. <https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Informe-2014-2015-O-Estado-dos-Direitos-Humanos-no-Mundo.pdf>.

²⁹ Diego Gorgal, *Seguridad Regional, seguridad interior y seguridad ciudadana. Algunas conclusiones preliminares in Seguridad y Defensa en el Cono Sur*, compilado por Isabel Stanganelli (Buenos Aires: Caviarbleu, 2004).

³⁰ Instituto Igarapé, *Homicide Monitor*. Acesso em 25/03/2016. <https://igarape.org.br/en/homicide-monitor>.

taxa de emprego, há outros componentes que devem ser considerados: 1. A marginalização educacional e 2. O persistente preconceito racial e de gênero. No caso do último, chama atenção o fato de até 2014, 13,9% da população jovem (com idades entre 15 a 29 anos) pertencerem ao chamado grupo dos “nem-nem” –ou seja, que nem estudam, nem trabalham – e dois terços desta porcentagem ser constituída por mulheres, segundo dados do Banco Mundial.³¹

O fato, então, é que, na visão de alguns pesquisadores, conformou-se uma intrigante relação paradoxal entre desenvolvimento econômico e segurança, que se prolongou até os dias mais próximos. Por um lado,

[...] a maioria dos países da América Latina e do Caribe vem apresentando reduções drásticas em seus índices de pobreza desde o ano 2000. Segundo dados da Organização das Nações Unidas, dos 580 milhões de habitantes da região, 25,3% vivem em situação de pobreza – ao passo que, até recentemente, tal índice era de 41,7%. Em termos absolutos, isso significa que, pelo menos, 56 milhões de pessoas superaram a linha da pobreza entre 2001 e 2012. Durante esse período, não foram somente as rendas que subiram – a saúde e a educação também melhoraram.³²

Contraditoriamente, no entanto, “A América Latina e o Caribe abrigam 8 dos 10 países mais violentos do mundo, e 40 das 50 cidades mais perigosas. Quatro países apenas - Brasil, Colômbia, México e Venezuela - são responsáveis por 1 em cada 4 mortes violentas anuais no mundo todo”.³³

A nosso ver, o paradoxo existe porque há dados estruturais que seguem não sendo considerados. Por exemplo, a corrupção segue constituindo importante elemento perpetuador da criminalidade. O crime organizado, incluindo o tráfico de drogas, movimenta montante líquido de U\$ 330 bi por ano, entre a América Latina e Caribe, o que mobiliza interesses em sua manutenção, por setores governamentais.³⁴

³¹ Banco Mundial, *Banco Mundial: Aumenta o número de jovens homens que não trabalham nem estudam na América Latina*. Acesso em 26/03/2016. <https://nacoesunidas.org/banco-mundial-aumenta-o-numero-de-jovens-homens-que-nao-trabalham-nem-estudam-na-america-latina/>.

³² Robert Muggah, “Na América Latina, enquanto diminui a pobreza, aumenta a violência. Por quê?“, *Americas Quarterly*, Web Exclusive, October 2015, <http://www.americasquarterly.org>.

³³ *Ibidem*.

³⁴ Instituto Igarapé, *Homicide Monitor*. Acesso 26/03/2016, <https://igarape.org.br>.

É flagrante, portanto, que ainda não foi encontrado o método apropriado de se relacionar desenvolvimento à redução da violência e que dados são muito mais complexos do que se supõe. Tampouco nos aproximamos do objetivo de encontra-lo no presente trabalho. Nossas expectativas se reduzem a levantar problematizações acerca dos possíveis fatores determinantes e condicionantes das mais distintas formas de violência manifestas em cada País, aqui sinteticamente analisado. Imaginamos que com isso, possamos instigar pesquisadores a aprofundar a análise e, desta maneira, fornecerem parâmetros para formulação de políticas públicas que administrem a violência.

A formulação de políticas públicas demanda, por outro lado, o amparo em estudos sobre dados de violência que sejam acompanhados de quantificações fidedignas e de análises pormenorizadas e bem contextualizadas, uma vez que a produção de dados sem critérios acadêmicos pode cristalizar outras duas formas de violência, desta vez, do Estado para com a sociedade: a primeira, quando se divulga uma profusão de informações que afeta a qualidade de vida da população, pela disseminação do medo. A outra, que decorre da primeira, diz respeito às consequências políticas da chamada “hiperinflação de diagnósticos”.³⁵ Os meios de comunicação amplificam detalhadamente os atos de violência, criando um ambiente de ameaça percebida e de alerta social. Sucodem daquilo as pressões de uma cidadania cheia da violência, exigindo soluções imediatas. Muitas vezes, age-se mais em nome de paliativos que ajam sobre a percepção de segurança dos indivíduos, do que sobre a raiz da violência, deturpando-se, inclusive a natureza do pacto social.

O pacto-social, segundo Saint-Pierre,³⁶ é definido pelo uso da força, ou mais precisamente, seu monopólio, que dentro da dimensão estatal adquire dois níveis, perfazendo, respectivamente a Segurança Pública e a Segurança Nacional. A Segurança Pública é nosso ponto em questão, e segundo aquele mesmo autor, a natureza da força na

³⁵ Albert Hirshman, *A propensity to self-subversion* (Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1995).

³⁶ Héctor Saint-Pierre, “ ‘Defesa’ ou “segurança’?” Reflexões em torno de conceitos e ideologias”, *Contexto Internacional* 33, n.2 (July-Dec 2011): p.422-423

sua projeção interna é protetora dos cidadãos e conservadora da ordem, ou simplesmente ordenadora. Se por um lado o Estado deve garantir a segurança e proteção de seus súditos, por outro os cidadãos permitem o monopólio da força ao Estado, concluindo o pacto.

Manuel Domingos,³⁷ por sua vez, completa argumentando que as sociedades se desenvolveram paralelamente à construção de instrumentos de força sobre os indivíduos e as coletividades e que, para o bem ou para o mal, dependendo do ponto de vista, os instrumentos de força foram e persistem decisivos na construção da ordem política e da organização social. Entretanto, há um descompasso teórico e prático, senão no cumprimento deste pacto por parte do Estado, no fato de não nos sentirmos seguros.

Como exemplo expressivo, neste sentido, os casos dos países da América Central em que estudos sobre a evolução da opinião pública sublinham como a violência prejudica o apoio cidadão à democracia e erode a fé nas garantias inerentes à institucionalidade democrática, estimulando os cidadãos a demandar medidas repressivas que violam o Estado Democrático de Direito que, duramente, alcançamos na região latino-americana com a redemocratização.³⁸ Temas como a militarização da segurança pública, que num horizonte não muito distante haveriam despertado rechaços e mobilizações, se estão naturalizando e estas iniciativas são recebidas com indiferença – quando não aplaudidas – por uma população imersa em uma cultura de medo muito peculiar.

Um ponto fundamental é que, de fato, a veracidade dos dados, dos números, dos casos não faz diferença na vida do cidadão. O que faz diferença são a percepção do medo e o sentimento de segurança ou não. Desta maneira, diagnósticos bem feitos da situação real de violência e dados confiáveis incidem na formulação de políticas públicas que possam tratar a segurança de forma eficiente não somente a curto, mas a médio e longo prazo. Há, pois, uma necessidade de centralizar o debate e opor a fria lógica dos números

³⁷ Manuel Domingos Neto, “A necessidade dos Estudos de Defesa”, in Álvaro Dias Monteiro; Érica C. A. Winand; Luiz Rogério Franco Goldoni (org.), *Pensamento brasileiro em Defesa*, (Aracaju: Editora UFS, 2013): 39-54.

³⁸ RESDAL, *Índice de Seguridad Pública En Centroamérica: Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicaragua Y Panamá*, Ed. 2013. (Buenos Aires: RESDAL, 2013). http://www.resdal.org/libro-seg-2013/resdal-indice_seg.pdf.

a um tema que se tornou reativo e ouriçado para logo poder elaborar soluções que possam adaptar-se à realidade latino-americana como um todo.

Para tal resultado, a coleta e análise de informação atualizada relacionada com os delitos, com a violência e com a ameaça da criminalidade à segurança pública permitem desenvolver respostas táticas e planejamentos estratégicos a fim de assegurar recursos aos formuladores de políticas públicas para tanto. A parte disso, a disseminação de informação precisa e atualizada à população e aos meios de comunicação como fonte de consulta é outro passo frente à construção cidadã. Como resposta a esta escassez de dados atualizados e rotineiros, os Índices, Atlas e Observatórios têm erigido como resposta e instrumentos de apoio a políticas públicas, exemplificando os casos do *Observatorio de la Violencia de La Universidad Nacional Autónoma de Honduras* – criado em 2005 por uma iniciativa do *Instituto Universitario en Paz, Democracia y Seguridad* (IUDPAS), pertencente à referida universidade, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Agencia Sueca para o Desenvolvimento Internacional (ASDI); assim como o Índice de Seguridad Pública de Centroamérica, desenvolvido pela RESDAL, que sentou as bases sobre a institucionalidade e aproximação desta temática, a partir dos casos de Belize, Costa Rica, El Salvador, Honduras, Guatemala, Nicarágua e Panamá), apresentando-se como o principal instrumento de mapeamento, comparação e difusão de informação que se tem conhecimento no âmbito latino-americano para a Segurança Pública.

A falta de informação sobre processos de violência estrutural, que, em médio prazo, contextualizam os profusos dados sobre violência direta tapa os olhos das autoridades que, recorrem a diferentes estratégias e, geralmente, buscam respostas rápidas às demandas da população e à pressão dos meios de comunicação. Um dos resultados automáticos da falta de conhecimento sobre a estrutura da violência é a ação das polícias, em claro desrespeito aos direitos humanos, que adiciona outro capital impedimento ao desenvolvimento das potencialidades de progresso dos indivíduos e da sociedade, perpetuando, assim a violência.

Abaixo não pretendemos exaurir os dados estruturais da violência nos países recortados, mas citar algumas informações importantes que sirvam de ponto de partida para quem desejar se aprofundar no estudo da temática.

A violência e sua estrutura nos casos de Argentina, Brasil, Chile e Venezuela

a. Argentina

Pelo Informe 2013-14 do PNUD,³⁹ a Argentina apresentou IDH de 0,811 em 2012, figurando como o 45º país no ranking mundial e o 2º da região latino-americana. Em 2014, no ranking de países com maior desenvolvimento humano, o PNUD⁴⁰ põe a Argentina em 1º lugar da região, com 0,836 de IDH. Além disso, quase 100% da população Argentina frequentou o ensino básico, 80% o fundamental e mais de 60% o ensino médio em 2011.⁴¹ Pelo Informe de 2015 do Banco Mundial,⁴² a Argentina possui uma população de 41,4 milhões de pessoas, sendo 91% destas residentes em áreas urbanas, e um PIB de US\$ 927,382 bilhões, além de renda per capita de US\$ 22 101.⁴³

De um modo geral, as formas mais marcantes de violência destacadas no País se desferem contra dos Direitos Humanos. Segundo o Relatório 2015-16 da Anistia Internacional,⁴⁴ a situação da violência na Argentina se caracteriza, sobretudo pela dificuldade de acesso que mulheres e meninas enfrentam para abortos legais, a discriminação contra os povos indígenas que continua preocupante, pela consistente atuação sobre os crimes durante a ditadura militar (1976 a 1983) e seus respectivos julgamentos, e a denúncias atuais de tortura e outros maus-tratos. A *Human Rights Watch* traça um panorama bem parecido, argumentando que a situação dos direitos humanos na Argentina continua a ser desigual. Embora muitas das liberdades fundamentais estejam garantidas, alguns problemas permanecem como: ameaças à liberdade de expressão pela

³⁹ PNUD, *Regional Development Report 2013-2014. Citizen Security with a human face: evidences and proposals for Latin America*, 2013.

⁴⁰ PNUD, *Ranking IDH Global*, 2014. Acesso em 21/03/2016. <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDH-Global-2014.aspx>.

⁴¹ PNUD, *Regional Development Report 2013-2014. Citizen Security with a human face: evidences and proposals for Latin America*, 2013: 27.

⁴² Banco Mundial, *World Development Indicators*, 2015. Acesso em 23/03/2016, <http://data.worldbank.org/news/release-of-world-development-indicators-2015>.

⁴³ Fundo Monetário Internacional (FMI), “Argentina, Bolivia, Brazil, Chile, Mexico and Uruguay”, (2014). Acesso em 21/03/2016. <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2014/02>.

⁴⁴ Anistia Internacional, “Informe 2015/2016”, *O estado dos Direitos Humanos no Mundo* (2016): 77. https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2016/02/Informe2016_Final_Web-1.pdf.

Pensando a paz na América do sul. Aspectos da violência estrutural nos casos de Brasil, Argentina, Chile e Venezuela.

a ausência de uma legislação abrangente sobre a liberdade de informação; obstáculos ao acesso a produtos e serviços de saúde reprodutiva; a falta de proteção dos direitos indígenas; e abuso policial e más condições prisionais. Não obstante, a Argentina continua a fazer progressos significativos em matéria de direitos LGBT e abusos judiciais por funcionários durante o “terrorismo de Estado” (1976-1983).⁴⁵

O abuso policial tem, segundo o Centro de Estudos Sociais e Legais (CELS) – a maior base de dados do tema de direitos humanos e violência na Argentina, concorrendo com o próprio Ministério de Justiça e Direitos Humanos – características próprias. Em seu Relatório Anual de 2015, o CELS argumenta que a democratização das forças de segurança e sistemas prisionais – segundo o texto, as áreas de reprodução das mais graves violações dos direitos humanos na Argentina – não foi uma prioridade nas políticas públicas implementadas nos últimos anos, gerando e agravando problemas como “autogoverno” no tema, violência institucional, ameaças à governabilidade e corrupção. De uma maneira geral, a não reforma das forças de segurança afeta todo o conjunto de inclusão social, em que, ação “punitiva do Estado é uma barreira que corrói esforços inclusivos implantados a partir dos seus outros setores”.⁴⁶

A seção 2 do Informe, *Instituciones de Seguridad y Sistema penal*, possui cinco capítulos que versam sobre a temática em diferentes frentes. Um deles se dedica a analisar as consequências de discursos e políticas propostas de endurecimento penal como uma forma de reduzir a criminalidade. Entre elas, a “emergência de segurança” na província de Buenos Aires que – segundo o informe- possui efeitos severos sobre os direitos humanos, incluindo a superlotação e o aumento da letalidade policial.⁴⁷

Ainda como argumentado no Informe, no contexto dos discursos punitivistas, algumas figuras políticas têm procurado reabrir a questão do envolvimento das Forças Armadas em matéria de segurança interna, por exemplo, na “guerra contra as drogas”. Todo o capítulo IX se dedica a reafirmar a importância da demarcação entre defesa nacional e segurança interna do Estado democrático e as graves consequências

⁴⁵ HRW, *Argentina*. Acesso em 23/03/2016, <https://www.hrw.org/americas/argentina>.

⁴⁶ Centro de Estudios Legales y Sociales, *Derechos Humanos en Argentina: Informe 2015*, 1ª ed. (Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores: 2015): 348.

⁴⁷ *Ibidem*.

observadas em outros países latino-americanos da participação das Forças Armadas em questões de segurança.

Ademais, o CELS estabelece uma comparação da reação policial a manifestações: enquanto em 2002-2003 se caracterizava por uma política de não-repressão embasada nos princípios da legitimidade dos protestos, da administração política de policiamento, da regulação estrita do uso da força e da mediação política de conflitos; durante 2013 e 2014, as operações de segurança das forças federais em diferentes manifestações implicaram graves retrocessos àqueles princípios, caracterizando uma evolução da resposta do Estado ao protesto social, de forma cada vez mais punitiva e violenta.⁴⁸

Confrontar, sobretudo, os dados do CELS, da *Human Rights Watch* e da Anistia Internacional com os dados econômicos do país no leva a questionar que em âmbito se deu um crescimento de 0,025 de IDH entre 2012 e 2014, considerando que de uma maneira geral, houve um endurecimento do trato na violência pública e a permanência de tensões sociais em outros âmbitos, como saúde, gênero e minorias étnicas, incrementando elementos da violência estrutural. Os próprios dados oficiais do país de melhor condição socioeconômica da América do Sul também são preocupantes, como veremos abaixo.

Em 2010, a República Argentina publicou o Informe Executivo de Estudos sobre a Vitimização. Ainda que não haja nenhuma categoria específica sobre a violência policial, na categoria “*Motivo de no denuncia de los delitos al sistema penal*”,⁴⁹ dedicada aos motivos pelos quais os argentinos não registram queixa sobre alguns delitos: 29% das vítimas entrevistadas disseram que a polícia não teria feito nada. Ademais, 5,5% responderam que a polícia estava envolvida e 2,6% que na verdade tem medo da polícia. Isso significa que cerca de 37% dos argentinos questionam a capacidade da polícia, temem ou já foram agredidos por esta instituição.

No marco do Ministério Público Fiscal da Argentina, a Procuradoria de Violência Institucional (PROCUVIN) tem elencado esforços para combater esse tipo de violência

⁴⁸ Centro de Estudios Legales y Sociales, *Derechos Humanos en Argentina: Informe 2015*. 1ª ed; (Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores: 2015).

⁴⁹ Argentina. Ministerio de Justicia, “Seguridad y Derechos Humanos de la nación. Estudio de victimización Total país 2010”, *Informe ejecutivo* (Buenos Aires: Diciembre, 2011). <http://www.jus.gob.ar/media/3128414/victi2010Argentina.pdf>.

Pensando a paz na América do sul. Aspectos da violência estrutural nos casos de Brasil, Argentina, Chile e Venezuela.

em diferentes fontes, servindo, sobretudo, como plataforma de denúncias. A PROCUVIN se dedica à corrupção nas forças de segurança, violência nas instituições de confinamento e violência policial. No ano de 2015, lançou o “Informe de Violência Institucional: informação pública de fontes estatais”,⁵⁰ que busca estabelecer uma descrição e diagnóstico da quantidade e qualidade da informação produzida e disponibilizada ao público das agências institucionais e agências estatais envolvidas nos diferentes órgãos dos órgãos do sistema de controle penal. O informe conclui que na Argentina, o material publicizado sobre esta temática “é escasso, mantendo a informação em um estado de obsolescência e sendo confusa em sua apresentação, comparabilidade e rastreabilidade temporal e interagência”.⁵¹

Mais agravante é quando a Procuradoria reconhece que:

En lo específico de investigaciones sobre Violencia Institucional, trazar un diagnóstico respecto de hechos de tortura, malos tratos o violencia por parte de las fuerzas de seguridad, conocer qué cantidad de casos se judicializan y realizar un seguimiento, es decir, poder estimar los resultados de las investigaciones judiciales en estos hechos es una tarea actualmente imposible de lograr en la actualidad a través de la información oficial de acceso público.⁵²

b. Brasil

Como já mencionado no presente trabalho, as melhores condições socioeconômicas alçadas pelo Brasil na última década não impulsionaram o desenvolvimento social e humano do país. Diversas são as especulações que se podem fazer a respeito. Uma delas diz respeito à ação sempre limitada e inconclusa de políticas sociais que não conseguem atingir plenamente toda a estrutura de exclusão. Por exemplo, apesar de diversos avanços ocorridos no campo dos direitos trabalhistas, o salário mínimo do País ainda vale muito aquém do valor necessário para suprir as necessidades básicas do cidadão. Segundo o Banco Mundial,⁵³ o Brasil apresentou uma queda de 6% em seu

⁵⁰ Argentina. Ministério Público Fiscal, *Violencia Institucional: Información pública de fuentes estatales: laberintos, ausencias y debilidades en el acceso a los datos*, 2015. https://www.mpf.gob.ar/procuvin/files/2015/05/Informe_Informacion_publica_disponible_FINAL.pdf

⁵¹ *Ibidem*, 23.

⁵² *Ibidem*, 24.

⁵³ Banco Mundial, *Brasil: aspectos gerais*. Acesso em: 23/03/2016. <http://www.worldbank.org/pt/country/brazil/overview#1>.

coeficiente de Gini,⁵⁴ no ano de 2013, o que teria sido influenciado pelo desenvolvimento econômico observado a partir de 2002. Não obstante, o Banco Mundial chama atenção para o fato de que já a partir de 2013 o processo de redução da pobreza e desigualdade venha se estagnando, o que deve impactar sobre o Gini no presente e no futuro.⁵⁵ Ou seja, a desigualdade social do Brasil deve continuar constituindo importante obstáculo ao desenvolvimento humano até o fim da década.

Outro fator diz respeito à marginalização racial no seio da exposta desigualdade social. A partir de dados do IBGE, “Em 2013, as pessoas com os 10% menores rendimentos concentravam apenas 1,2% da renda total, enquanto os 10% mais ricos concentravam 41,7% da renda nacional. Além disso, cabe destacar o fato de que dentre os 10% mais pobre, 75% são negros, o que evidencia o peso da desigualdade social e racial no país”.⁵⁶

No plano educacional, segundo dados do IBGE, “de 2004 a 2013, as taxas de escolarização das crianças de 0 a 3 anos e de 4 e 5 anos de idade subiram de 13,4% e de 61,5% para 23,2% e 81,4% respectivamente”. Entretanto, “[...] a proporção de jovens de 15 a 17 anos de idade que frequentava escola cresceu somente 2,5 pontos percentuais, passando de 81,8% em 2004 para 84,3% em 2013”.⁵⁷ Ainda que se destaque a diminuição na proporção da população com 15 anos ou mais ainda não alfabetizada, tais avanços não tornaram equânime a situação do jovem. Além disto, a desigualdade é persistente no sistema educacional brasileiro. Segundo o IBGE “o acesso à escola estava próximo da universalização (93,1%) para o quinto mais rico (os 20% com maiores rendimentos), enquanto as crianças de 4 e 5 anos pertencentes ao quinto mais pobre (os 20% com menores rendimentos) apresentaram uma escolarização de 75,2%”. Além disso, é patente a dificuldade de atendimento a alunos com “deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”,⁵⁸ denunciando assim, a restrição

⁵⁴ Medida desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini para aferir a desigualdade social.

⁵⁵ Banco Mundial, *Brasil: aspectos gerais*. Acesso em: 23/03/2016.

<http://www.worldbank.org/pt/country/brazil/overview#1>.

⁵⁶ Brasil. IBGE, “Síntese de Indicadores Sociais – uma análise das condições de vida da população brasileira”, 2014. <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91983.pdf>.

⁵⁷ *Ibidem*.

⁵⁸ *Ibidem*.

Pensando a paz na América do sul. Aspectos da violência estrutural nos casos de Brasil, Argentina, Chile e Venezuela.

das práticas de inclusão. Soma-se a isso a desigualdade de acesso da população negra ao sistema educacional. “Os jovens de 15 a 17 anos de idade brancos possuíam uma taxa de frequência escolar líquida 14,4% pontos percentuais maior do que a dos jovens pretos ou pardos, com 49,3%”,⁵⁹ As mulheres, por sua vez, apresentavam “frequência escolar líquida 9,9% pontos percentuais maior do que a dos homens, 50,3%”.⁶⁰

No tocante à Educação Superior, nos últimos 10 anos o Brasil tem aplicado uma série de medidas que visam à melhoria do ensino público superior. Ademais, políticas que almejavam o maior acesso de parcelas mais vulneráveis da população foram postas em voga – à exemplo da política de Cotas Raciais e Sociais, bem como programas como o FIES e o PROUNI, que facilitam o acesso a instituições de ensino superior. Segundo o IBGE a proporção de jovens de 18 a 24 anos que passaram a frequentar o ensino superior no Brasil passou de 10,4% em 2004, para 16,3% em 2013.⁶¹ Todavia, embora este acesso gere um aumento da competitividade econômica brasileira, no que toca à qualificação de sua mão-de-obra, a exclusão do ensino fundamental e médio continua constituindo sério problema.

Outro tipo de opressão social é a violência contra a mulher. A Anistia Internacional chama atenção para o fato de que

Novas leis e emendas constitucionais que estavam sendo debatidas no Congresso representaram uma séria ameaça aos direitos sexuais e reprodutivos, assim como aos direitos das mulheres. No fim do ano, tramitavam no Congresso Nacional alguns projetos de lei, como o Estatuto do Nascituro, que propunham criminalizar o aborto em todas as circunstâncias. Outra proposta visava impedir o acesso a abortos seguros e legais no sistema público de saúde, mesmo nos casos atualmente permitidos pela legislação brasileira, como quando a vida da mulher corre risco ou a gravidez resulta de estupro. Caso aprovada, a medida também impediria a assistência de emergência para vítimas de estupro.⁶²

Com efeito, a atual conjuntura política brasileira tem representado um alerta para que seja atingida a igualdade de gênero no Brasil. Além disso, chama atenção a

⁵⁹ *Ibidem.*

⁶⁰ *Ibidem.*

⁶¹ *Ibidem.*

⁶² Anistia Internacional, “Informe 2015/2016”, 86.

desigualdade salarial, estando as mulheres submetidas à salários menores que os homens. Segundo a PNAD, “as mulheres tem uma média de anos de estudos maior do que os homens. Apesar disto, o rendimento médio das mulheres ainda corresponde a 73,5% do rendimento dos homens”.⁶³

Segundo dados da Secretaria de Políticas para a Mulher, dos atendimentos realizados pela Central de Atendimento à Mulher, 76.651 foram relatos de violência – destes, 58,86% foram sofridos por mulheres negras. Além disso, “dentre os relatos, 50,16% corresponderam à violência física; 30,33%, violência psicológica; 7,25%, violência moral; 2,10%, violência patrimonial; 4,54%, violência sexual; 5,17%, cárcere privado; e 0,46%, tráfico de pessoas”.⁶⁴

No concernente às temáticas de segurança pública o país enfrenta sérios problemas na mitigação da violência em seu território. Segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (2014) – doravante, INFOPEN –, 56% da população carcerária nacional é composta por jovens – faixa etária esta que, segundo o informe, compreende as pessoas de 18 a 29 anos de idade. Além disso, ressaltamos que 67% da população encarcerada no Brasil é negra. O nível de escolaridade da população encarcerada é extremamente baixo. Segundo os dados disponíveis, “oito em cada dez pessoas presas estudaram, no máximo, até o ensino fundamental [...]”.⁶⁵

Graves violações de direitos humanos continuaram sendo denunciadas, como homicídios cometidos pela polícia, tortura e maus-tratos de pessoas presas. Jovens negros

⁶³ Brasil. Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Secretaria de Políticas Especial para as Mulheres. *Trabalho, Autonomia e Igualdade – Autonomia Econômica transformando a vida das mulheres*, 2015: 4. <http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/cmb/livreto-autonomia-casa.pdf>.

⁶⁴ Brasil. Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Secretaria de Políticas Especial para as Mulheres. *Balanço. Uma década de conquistas! Ligue 180, Central de Atendimento à Mulher*, 2015: 3. <http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/balanco180-10meses-1.pdf>.

⁶⁵ Brasil. Ministério da Justiça, “Levantamento Nacional de Informes Penitenciários”, 2014: 58. Acesso em: 22/03/2016, <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/relatorio-depen-versao-web.pdf>.

Pensando a paz na América do sul. Aspectos da violência estrutural nos casos de Brasil, Argentina, Chile e Venezuela.

moradores de favelas e periferias correm maiores riscos. As forças de segurança, com frequência, usaram força excessiva ou desnecessária para reprimir manifestações.⁶⁶

Os casos de abuso da violência policial tem se mostrado um dos fatores de maior importância no que concerne à insegurança – principalmente no que diz respeito à população negra e carente. “Cinco jovens negros com idades entre 16 e 25 anos foram mortos a tiros no bairro Costa Barros, no Rio de Janeiro, em 29 de novembro, por policiais militares do 41º Batalhão de Polícia Militar. Policiais efetuaram mais de 100 disparos em direção ao automóvel dentro do qual os homens estavam sentados”.⁶⁷

Ademais, “[...] em Manaus, no Amazonas, 37 pessoas foram mortas num único fim-de-semana de julho. Em Osasco, na região metropolitana de São Paulo, 18 pessoas foram mortas numa única noite, e as investigações iniciais apontavam o envolvimento de policiais militares”.⁶⁸

O PNUD chama atenção para o fato de, no Brasil, pouco mais de 25% da população acreditar que a polícia efetivamente protege as pessoas. A mesma porcentagem é observada no que diz respeito à confiança da população em relação ao sistema de justiça criminal.⁶⁹ Tal situação de desconfiança quanto ao sistema jurídico e policial leva a uma situação de descrença e ilegitimidade das instituições brasileiras – prova disso são os vários relatórios da Anistia Internacional acerca da violência policial e tortura.

Consonante com dados do relator do Conselho de Direitos Humanos da ONU, Juan Mendez, seis pessoas, em média, morreram, por dia, em 2013 em operações policiais. Em 220 investigações, somente uma delas resultou em condenação de policial.⁷⁰ Dentro dos presídios, a situação também é alarmante. Na primeira metade de 2014, 545 mortes foram registradas em presídios, sendo cerca de metade intencional, o que resulta

⁶⁶ Anistia Internacional, “Informe 2015/2016”, 82.

⁶⁷ *Ibidem*, 83.

⁶⁸ Anistia Internacional, “Informe 2015/2016”, 83.

⁶⁹ PNUD, *Regional Development Report 2013-2014. Citizen Security with a human face: evidences and proposals for Latin America*, 2013.

⁷⁰ United Nations A/HRC/31/5 Add 4, *Report of the special rapporteur and other cruel inhuman or degrading treatment or punishment on his mission to Brazil*. Acesso em 23/03/2016. <http://www.conectas.org/pt/acoef/justica/noticia/42584>.

em uma taxa de 167,5 para cada 100 mil pessoas por ano. O Brasil tem a quarta maior população carcerária do mundo, com 711 mil pessoas.

c. Chile

No caso do Chile dados relacionados à sua estrutura socioeconômica revelam que o país possui um IDH relativamente elevado, figurando em 42º lugar no *ranking* do PNUD, com um IDH equivalente à 0,832 – dados de 2014.⁷¹ É interessante ressaltar que, em estudo realizado pelo Banco Mundial,⁷² o país figura junto aos membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), no concernente ao desenvolvimento dos países analisados. Tal fator é símbolo do grau de desenvolvimento econômico e social chileno. Não obstante, o alto grau de desenvolvimento humano do país é comprovado também pelo seu alto nível de escolaridade, com taxa de alfabetização de 95,8% da população com mais de 5 anos, bem como salário mínimo mensal de 250 mil pesos chilenos (PNUD),⁷³ o equivalente a 368,82 dólares americanos, segundo dados do Banco Central Brasileiro.⁷⁴

Os dados do Informe de Desenvolvimento Social do Chile, produzido pelo Ministério do Desenvolvimento Social⁷⁵ demonstram o supracitado.

⁷¹ PNUD, *Ranking IDH Global*, 2014. Acesso em 21/03/2016.
<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDH-Global-2014.aspx>.

⁷² Banco Mundial, *World Development Indicators*, 2015. Acesso em 23/03/2016.
<http://data.worldbank.org/news/release-of-world-development-indicators-2015>.

⁷³ PNUD, “Chile En Breve”, *El PNUD En Chile*. Acesso em 21/03/2016.
<http://www.cl.undp.org/content/chile/es/home/countryinfo/>.

⁷⁴ Brasil. Banco Central Brasileiro, *Conversos de moedas*. Acesso em 21/03/2016.
<http://www4.bcb.gov.br/pec/conversao/conversao.asp>.

⁷⁵ Chile. Ministerio de Desarrollo Social, *Informe de Desarrollo Social*, 2015.
http://www.ministeriodesarrollosocial.gob.cl/pdf/upload/Libro_IDS_2015_final.pdf.

Cuadro N° 3.1.1
Personas y hogares en situación de pobreza y pobreza extrema por ingresos. 2013
(Número y Porcentaje)

Categoría	Personas		Hogares	
	Número	%	Número	%
Pobres extremos	778.643	4,5	207.643	3,9
Pobres no extremos	1.703.029	9,9	466.754	8,9
Total pobres ¹	2.481.672	14,4	674.397	12,8
No pobres	14.774.547	85,6	4.599.431	87,2
Total	17.256.219	100,0	5.273.828	100,0

1.- Incluye a pobres extremos y pobres no extremos.

Nota: Se excluye al servicio doméstico puertas adentro y su núcleo familiar.

Fuente: Ministerio de Desarrollo Social, Encuesta Casen 2013.

Fonte: CHILE. Ministério do Desenvolvimento Social. Informe de Desenvolvimento Social, 2015.

Depreende-se dos dados acima que apenas uma pequena parcela da população chilena encontra-se em situação de pobreza, extrema ou não, correspondendo a 14,4% da população total do país – sendo 4,5% deste total o equivalente à população em situação de extrema pobreza.

No que diz respeito ao nível educacional do país temos, além dos já citados 95,8% da população com mais de 5 anos alfabetizada, um cenário de grande “diversificação institucional do ensino superior”. Com efeito, após a década de 1980 o país passou por um processo de “estabilização, consolidação e transformação interna da educação superior”.⁷⁶ Como resultado, a maior parte dos estudantes matriculados em instituições de ensino superior encontram-se em universidades privadas e institutos profissionais, correspondendo respectivamente a 31% e 29% dos alunos matriculados, segundo dados do Panorama de Educação Superior no Chile. Além disso, em 2013, foram 179.008 titulados, entre programas de graduação e pós-graduação.⁷⁷ Na mesma linha, ressalta-se que o Chile ocupa o 44º lugar no *ranking* mundial de produção científica, e o 4º lugar no

⁷⁶ Chile. Ministerio de Educación. Servicio de Información en Educación Superior, *Panorama de la Educación Superior en Chile*, 2014.

http://www.mifuturo.cl/images/Estudios/Estudios_SIES_DIVESUP/panorama_de_la_educacion_superior_2014_sies.pdf. Tradução nossa.

⁷⁷ “Se se considera apenas os alunos de graduação, temos a cifra de 154.692 graduados em 2013”. *Ibidem*, 18.

concernente à América Latina – ao considerar-se a produção científica em relação à população, o país ascende ao 1º lugar no índice latino-americano.⁷⁸

Evidencia-se, portanto, um razoável nível de escolaridade na população chilena. Embora o país enfrente problemas relacionados à multiplicidade institucional de seu ensino superior, bem como questões relativas à evasão nas instituições de ensino, o país possui programas e metas estabelecidas a fim de supera-los – a exemplo do Conselho Nacional de Educação.⁷⁹

No tocante à desigualdade social temos um cenário complexo. Segundo dados da OCDE, a renda dos 10% mais ricos no Chile é 26 vezes maior que a dos 10% mais pobres. Não obstante, “[...] o grupo com taxa de pobreza mais alto são as crianças (23,5% comparado a uma média da OCDE de 13,3%). A pobreza infantil tem efeitos negativos no rendimento escolar das crianças e, mais tarde, no desempenho laboral dos mesmos; a longo prazo, isto pode levar a uma reprodução dos problemas de pobreza e desigualdade entre as gerações futuras”.⁸⁰

Apesar de ter apresentado uma leve melhora em termos de desigualdade de renda – tendo reduzido em 1 ponto o seu Coeficiente de Gini – o Chile ainda não modificou drasticamente sua estrutura social, apresentando quadro de desigualdade maior do que alguns países latino-americanos, como Peru, México, Brasil e Argentina.⁸¹

Em relação à igualdade de gênero é evidente o esforço do governo chileno em promover este que representa uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Entretanto, o país ainda enfrenta algumas querelas nesse sentido.

Eleita em 2013, Michelle Bachelet assumiu o governo chileno em Março de 2014, sendo, à época, uma das três mulheres Chefes de Estado e Governo da região sul-americana – juntamente com Dilma Rousseff, do Brasil, e Cristina Kirchner, da Argentina. Por outro lado, o país possui apenas 8 mulheres em seu quadro ministerial,

⁷⁸ *Ibidem.*

⁷⁹ *Ibidem.*

⁸⁰ OCDE, *Todos Juntos ¿Por qué reducir la desigualdad nos beneficia? ...en Chile*, 2015: 1. <https://www.oecd.org/chile/OECD2015-In-It-Together-Highlights-Chile.pdf>. Tradução nossa.

⁸¹ *Ibidem.*

Pensando a paz na América do sul. Aspectos da violência estrutural nos casos de Brasil, Argentina, Chile e Venezuela.

num total de 23 ministérios e secretarias.⁸² Ademais, segundo dados de 2009, somente 13,9% dos membros do Parlamento eram mulheres.⁸³

Por outro lado, ainda tomando por base dados de 2009, o país apresenta um cenário positivo no que diz respeito à Educação, vide tabela abaixo

INDICADORES MÍNIMOS	1990	2000	2006	2009	Meta 2015	
Meta 4: Eliminar las desigualdades entre los géneros en la enseñanza primaria y secundaria, preferiblemente para el 2005, y en todos los niveles de la enseñanza antes de fines de 2015						
1	Relación entre número de niñas/niños en educación básica	1,00	0,97	0,94	0,95	1,00
2	Relación entre número de niñas/niños en la educación media	1,05	1,02	1,01	1,02	1,00
3	Relación número de mujeres/ hombres en educación superior	0,81	0,87	0,97	1,00	0,97
4	Relación Tasa de Alfabetización mujeres/hombres (15 a 24 años)	1,04	0,99	1,01	1,00	1,00
5	Proporción de mujeres de la categoría ocupacional asalariado en sector no agrícola ⁽¹⁾	37,5%	41,1%	41,4%	41,9%	40,0%
6	Porcentaje de mujeres en el Parlamento	6,0%	9,5%	12,6%	13,9%	40,0%

Fonte: Objetivos de Desarrollo del Milenio. Tercer Informe del Gobierno del Chile, 2010.

Ao garantir igualdade de acesso à educação a mulheres e homens, o país acaba por dirimir parte das desigualdades enfrentadas pelas mulheres para sua inserção em termos igualitários em âmbito social. Entretanto, em questões como a participação em postos de decisão a nível empresarial e a participação laboral, as mulheres, em 2009, se encontram ainda em situação de extrema desigualdade, sendo as taxas, respectivamente, de 27,3% e 41,3%.⁸⁴ É sempre importante que se ressalte que a violência contra a mulher vai muito além de questões quantitativas como o acesso à educação e a cargos políticos e decisórios. Entretanto, tais medidas são, também, de suma importância na garantia de uma sociedade mais igualitária. Nesse sentido, iniciativas governamentais como os programas *Centro de La Mujer*, *Casas de Acogida* e *Hombres por una vida sin violencia* são essenciais na superação desta mazela.

⁸² Chile, *Ministros*. Acesso em 21/03/2016. <http://www.gob.cl/ministros/>.

⁸³ PNUD. *Objetivo de Desarrollo del Milenio. Tercer informe del gobierno de Chile*, 2010. <https://www.oecd.org/chile/OECD2015-In-It-Together-Highlights-Chile.pdf>.

⁸⁴ *Ibidem*.

Dados relativos à Segurança Pública chilena, demonstram que em 2015 o país registrou 526 homicídios.⁸⁵ A média é relativamente baixa, já que são 3 homicídios a cada 100.000 habitantes. À percepção de segurança do cidadão em relação à criminalidade é, todavia, prejudicada pelo alto índice de crime contra o patrimônio.

A Anistia Internacional⁸⁶ chama atenção para o fato de os abusos e casos de truculência policial ainda serem julgados por Tribunais Militares. Segundo a organização, surgem novos casos de uso excessivo da força junto a populações de origem indígenas. Também a *Human Rights Watch* atenta para os abusos policiais cometidos e para a discricionariedade dos tribunais ao julgar crimes contra os direitos humanos cometidos na ditadura.⁸⁷ Além disso o sistema judiciário criminal não goza de grande credibilidade face à população chilena, de acordo com relatório do PNUD (2013).⁸⁸

d. Venezuela

Avaliar o atual panorama venezuelano referente a direitos humanos, qualidade de vida e eficiência de suas instituições é, de uma maneira geral, um desafio complexo. De maneira introdutória, segundo os dados básicos da República Bolivariana da Venezuela, fornecidos pelo Banco Mundial,⁸⁹ o País apresentava uma população de 30,4 milhões de pessoas, sendo 89% urbana; PIB de U\$ 381,6 bilhões e uma renda per capita de U\$ 12.550. Enquanto o PIB daquele período cresceu 1,2 entre 2012-13, a renda *per capita* diminuiu 0,2% no mesmo período. Até 2006, 12,9% da população venezuelana vivia com menos de dois dólares por dia e, a taxa média de empregos vulneráveis – ou seja, representados por condições irregulares de trabalho e salário – entre 2009 e 2013, era de 30%.

O fato de a Venezuela ser classificada como quarto IDH da América do Sul, a frente do Brasil, se deve menos as condições que tem para tal do que a subnotificação de

⁸⁵ Chile. Ministerio del Interior y Seguridad Pública. Subsecretaria de Prevención al Delito, *Estadísticas de Denuncias y Detenciones en Flagrancia de Delitos de Mayor Connotación Social (DMCS) y Violencia Intrafamiliar*, 2015.

⁸⁶ Anistia Internacional, “Informe 2015/2016”, 83.

⁸⁷ Human Rights Watch, *Chile*. Acesso em 23/03/2016. <https://www.hrw.org/americas/chile>.

⁸⁸ PNUD, *Regional Development Report 2013-2014. Citizen Security with a human face: evidences and proposals for Latin America*, 2013.

⁸⁹ Banco Mundial, *World Development Indicators*, 2015. Acesso em 23/03/2016. <http://data.worldbank.org/news/release-of-world-development-indicators-2015>.

Pensando a paz na América do sul. Aspectos da violência estrutural nos casos de Brasil, Argentina, Chile e Venezuela.

informações que tornariam mais fidedigno o diagnóstico no desenvolvimento humano no País. Por exemplo, até a data de publicação deste artigo, não constava nas páginas oficiais dos *Ministerios del Poder Popular para Relaciones Interiores, Justicia y Paz, del Poder para Servicio Penitenciario, y del Poder Popular para la Mujer y la Igualdad de Género* informes, estatísticas ou documentos que apresentassem dados duros que envolvessem as temáticas de este trabalho: sobretudo as relacionadas com violência estrutural. A carência de dados no âmbito da segurança pública e no âmbito dos direitos humanos também foi relatada por organizações internacionais e não governamentais – e por si só representam uma forma de violência através da desinformação do cidadão. Por exemplo, tanto o Resumo quanto o Relatório Regional do Desenvolvimento Humano 2013-2014 do PNUD apontam o mesmo. Nem mesmo informações básicas como a taxa anual de homicídios a cada 100.000 habitantes constam nos registros administrativos e/ou oficiais coletados pelo PNUD.⁹⁰ A seção estadístico-metodológica do documento, no que se refere ao País, encontra-se quase vazia. Isso, por sua vez, impede que façamos comparações reais, a partir de fatores equiparáveis, entre os países que aqui recortamos para analisar.

A Anistia Internacional, no seu Informe de 2015-16 também pouco possui de dados duros para apresentar. A seção dedicada à Venezuela praticamente se compõe por eventos factuais como a decisão tomada em 2012 de sair da jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos, o que, segundo a entidade, priva o acesso à Justiça das vítimas de violações de direitos humanos e de seus familiares cujos direitos não foram assegurados nos tribunais nacionais.⁹¹ O Informe, entretanto, apresenta diversas subseções. Uma delas analisa o uso excessivo da força, as detenções arbitrárias, a situação dos Direitos Humanos e as condições prisionais. De maneira resumida, o documento afirma que na Venezuela, no período examinado: jornalistas e defensores dos direitos humanos continuaram a enfrentar ataques e intimidações; adversários políticos do governo tiveram julgamentos injustos e foram presos; houve recorrentes denúncias de uso excessivo da força pela polícia e pelas forças de segurança, que resultaram em dezenas de mortes, algumas em circunstâncias que pareciam configurar homicídios ilegais; a

⁹⁰ PNUD, *Regional Development Report 2013-2014. Citizen Security with a human face: evidences and proposals for Latin America*, 2013: 23.

⁹¹ Anistia Internacional, “Informe 2015/2016”, 232.

maioria dos responsáveis por violações graves dos direitos humanos durante os protestos de 2014 não foi levada à Justiça, e a interferência no sistema judicial por parte de autoridades dos mais altos escalões do governo pôs em dúvida o compromisso e a independência do Judiciário e o Estado de direito; a superlotação e a violência nas prisões persistiram; sobreviventes de violência motivada por gênero enfrentaram obstáculos significativos para acessar a Justiça.⁹²

Com a indisponibilidade de dados oficiais, existem organizações venezuelanas que se encarregam de tal trabalho, como o *Observatorio Venezolano de Conflictividad Social* (OVCS), que, em seu registro do mês de fevereiro de 2016,⁹³ informa que ocorreram ao menos 513 protestos na Venezuela. Ou seja, o equivalente a 17 protestos diários em todo o país em busca de chamar a atenção das autoridades e exigir respostas oficiais às instituições governamentais, segundo a ONG. Este número é 8% maior em relação ao mesmo período do ano anterior, quando foram 481. Os meses de janeiro e fevereiro de 2016 apresentam um total de 1.014 protestos.

O *Observatorio Venezolano de Violencia*, de longa trajetória e que reúne pesquisadores de doze das maiores e mais importantes universidades venezuelanas, publicou que a estimativa de mortes até o final de 2015 seria de 27.875 mortes violentas, com uma taxa de 90 mortes a cada 100.000 habitantes.⁹⁴ Este dado, a título de informação, colocaria a Venezuela com o pior índice de todas as Américas, superando Honduras e El Salvador, pelo mesmo relatório. Tal documento afirmava que a violência, em todas as suas formas, tem crescido no país por ausência e excesso do Estado.⁹⁵

Como evento-chave de excesso de uso da força, a Anistia Internacional relatou que em janeiro de 2015, o ministro da Defesa venezuelano publicou a Resolução 008610, permitindo que todos os setores das forças armadas fossem destacados para operações de ordem pública.⁹⁶ A resolução permitia também que o uso de armas de fogo fosse

⁹² *Ibidem*, 232.

⁹³ Observatorio Venezolano de Violencia, *Informe 2015*, 2015: 4. Acesso em 23/03/2016. <http://revistasic.gumilla.org/2016/informe-del-observatorio-venezolano-de-violencia-2015-2/#sthash.zvUixqGJ.dpuf>

⁹⁴ *Ibidem*, 28.

⁹⁵ *Ibidem*, 33.

⁹⁶ Anistia Internacional, “Informe 2015/2016”, 232.

Pensando a paz na América do sul. Aspectos da violência estrutural nos casos de Brasil, Argentina, Chile e Venezuela.

autorizado durante o policiamento de manifestações públicas sem expressar claramente os limites. Outro evento correlato haveria se dado em julho, na chamada Operação de Libertação e Proteção do Povo, posta em prática pelas forças de segurança para enfrentar os níveis elevados de criminalidade. Houve denúncias de possíveis execuções extrajudiciais, uso excessivo da força, prisões arbitrárias e remoções forçadas de pessoas suspeitas de cometer crimes e de suas famílias. O Informe da Anistia ainda complementou que, segundo o Ministério da Justiça, um mês depois do início da operação, 52 civis haviam sido mortos em confrontos armados com as forças de segurança.⁹⁷ O alto número de mortes civis, em contraste com a ausência de ferimentos ou fatalidades do lado policial, indicava que as forças de segurança poderiam ter usado força excessiva ou efetuado execuções extrajudiciais. De acordo com organizações de direitos humanos, 90% das mais de 4.000 pessoas detidas nos primeiros três meses da operação foram mais tarde liberadas sem acusações, o que indica que muitas prisões foram arbitrárias.

Apesar de todo este quadro, um projeto para um Plano Nacional de Direitos Humanos foi apresentado para consulta com todos os setores da sociedade.⁹⁸ O plano incluía propostas de reforma do Judiciário, do sistema prisional e das forças de segurança, bem como de acabar com a discriminação e melhorar os direitos de grupos vulneráveis, como povos indígenas, mulheres, crianças, comunidades afrodescendentes, trabalhadoras domésticas e lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais (LGBTI). A consulta ainda estava em andamento no fim do ano.

Considerações finais

É certo que se por um lado a América do Sul, representada pelos quatro países contemplados em nossas análises, pela série de fatores anteriormente apresentados, tem crescido, de uma maneira geral, macroeconomicamente e socioeconomicamente; fatores de percepção e dados duros sobre violência se mantêm e, paradoxalmente, também tem evoluído. Sob a ótica dos Estudos de Paz, não podemos considerar a América do Sul “Zona de Paz”, nem pelo seu passado, nem pelo seu presente e, infelizmente, talvez,

⁹⁷ *Ibidem.*

⁹⁸ *Ibidem.*

tampouco por seu futuro. São variados os fatores determinantes e condicionantes das mais distintas formas de violência manifestas na região – como mostram os panoramas específicos apresentados que não recebem atenção precisa de gestores públicos. Uma das dificuldades de formulação de políticas públicas eficientes deriva do fato de que há dados estruturais que seguem não sendo devidamente compreendidos, por serem muito mais complexos do que parecem ser. Enquanto não se relacione ou se crie um método apropriado de se relacionar desenvolvimento à redução da violência não haverá parâmetros para administrar a violência estrutural, e tampouco a violência direta, o que continuará impedindo a melhoria de vida concreta na região, mantendo-a distante da Paz. Na América do Sul, é endêmica a pequena preocupação governamental na produção de dados fidedignos que forneçam suporte às políticas públicas. Ainda que haja uma profusão de pareceres críticos advindos do PNUD, de ONGs diversas e de observatórios, os mesmos nem sempre tem repercussões normativas, em termos nacionais.

Por outro lado, enquanto são abundantes as fontes que tratam dos problemas que estagnam o desenvolvimento humano, os mesmos não são dignamente divulgados à sociedade, o que faz com que as políticas continuem buscando atingir a “ponta do iceberg”, ou seja, a redução da sensação de insegurança e não de suas causas profundas. Enquanto a mídia lucra com a exploração da violência sem preocupação humanista, as políticas draconianas seguem angariando votos e descaracterizando o pacto social, cuja essência deveria ser protetora dos cidadãos. Coibir o crime não tem resultado se não se criam barreiras de incentivo ao crime que partam de políticas humanistas e inclusivas. Todavia, um tratamento integral da segurança que abarque reforma institucional e políticas públicas de redução da violência estrutural mostra-se um caminho possível a ser trilhado conjuntamente por atores globais e locais, não apenas pela via estatal, mas sobretudo pela via societária. Antes disso, é preciso que os dados sobre violência estrutural deixem de ser negligenciados e se façam mais compreensíveis pelas sociedades e instituições responsáveis por protege-las, motivo pelo qual atribuímos valor seminal ao fomento de cultura de paz em variados ambientes (instituições de segurança, escola, família) como política não apenas de emancipação crítica e intelectual acerca do entendimento da situação real que engendra os dramas do desenvolvimento humano, mas também para que o último seja tema de interesse e pressão junto aos atores públicos.

Referências

- Anistia Internacional. “Informe 2014/2015”. *O estado dos Direitos Humanos no Mundo*. 2015. <https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Informe-2014-2015-O-Estado-dos-Direitos-Humanos-no-Mundo.pdf>.
- _____. “Informe 2015/2016”. *O estado dos Direitos Humanos no Mundo*. 2016. https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2016/02/Informe2016_Final_Web-1.pdf
- Antillano, Andres. “¿Qué conocemos de la violencia policial en Venezuela? Las investigaciones e hipótesis sobre el uso de la fuerza física por la policía”. *Espacio Abierto Cuaderno Venezolano de Sociología* 19 No. 2 (abril-junio, 2010): 331 – 345.
- Argentina. Ministerio de Justicia. “Seguridad y Derechos Humanos de la nación. Estudio de victimización Total país 2010”. *Informe ejecutivo* Buenos Aires: Diciembre, 2011. <http://www.jus.gob.ar/media/3128414/victi2010Argentina.pdf>.
- _____. Ministério Público Fiscal. *Violencia Institucional: Información pública de fuentes estatales: laberintos, ausencias y debilidades en el acceso a los datos*. 2015. https://www.mpf.gob.ar/procuvin/files/2015/05/Informe_Informacion_publica_disponible_FINAL.pdf.
- Banco Mundial. *Brasil: aspectos gerais*. Acesso em: 23/03/2016. <http://www.worldbank.org/pt/country/brazil/overview#1>.
- Banco Mundial. *World Development Indicators*. 2015. Acesso em 23/03/2016. <http://data.worldbank.org/news/release-of-world-development-indicators-2015>.
- Banco Mundial. Banco Mundial. *Aumenta o número de jovens homens que não trabalham nem estudam na América Latina*. Acesso em 26/03/2016. <https://nacoesunidas.org/banco-mundial-aumenta-o-numero-de-jovens-homens-que-nao-trabalham-nem-estudam-na-america-latina/>.
- BRASIL. IBGE. “Síntese de Indicadores Sociais – uma análise das condições de vida da população brasileira”. 2014. <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91983.pdf>.
- Brasil. Ministério da Justiça. “Levantamento Nacional de Informes Penitenciários”. 2014. <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/relatorio-depen-versao-web.pdf>.
- Brasil. Banco Central Brasileiro. *Conversos de moedas*. Acesso em 21/03/2016. <http://www4.bcb.gov.br/pec/conversao/conversao.asp>.
- Brasil. Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Secretaria de Políticas Especial para as Mulheres. *Trabalho, Autonomia e Igualdade – Autonomia Econômica transformando a vida das mulher*. 2015. <http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/cmb/livreto-autonomia-casa.pdf>.
- Brasil. Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Secretaria de Políticas Especial para as Mulheres. *Balanço. Uma década de conquistas! Ligue 180, Central de Atendimento à Mulher*. 2015. <http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/balanco180-10meses-1>.
- Centro de Estudios Legales y Sociales. *Derechos Humanos en Argentina: Informe 2015*. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores: 2015.

- Centro de Derechos Humanos da Universidad Católica Andrés Bello. *Documentación de casos de violaciones de derechos humanos en Venezuela durante el mes de febrero de 2014*.
http://w2.ucab.edu.ve/tl_files/CDH/Lineastematicas/Informe%20preliminar%20CDH%20UCAB.pdf.
- Chile. Ministerio de Educación. Servicio de Información en Educación Superior. *Panorama de la Educación Superior en Chile*. 2014.
http://www.mifuturo.cl/images/Estudios/Estudios_SIES_DIVESUP/panorama_de_la_educacion_superior_2014_sies.pdf.
- Chile. Ministerio de Desarrollo Social. *Informe de Desarrollo Social*. 2015.
http://www.ministeriodesarrollosocial.gob.cl/pdf/upload/Libro_IDS_2015_final.pdf.
- Chile. Ministerio del Interior y Seguridad Pública. Subsecretaria de Prevención al Delito. *Estadísticas de Denuncias y Detenciones en Flagrancia de Delitos de Mayor Connotación Social (DMCS) y Violencia Intrafamiliar*. 2015.
- Costa Lima, Marcos. “Desenvolvimento e Globalização na Periferia. O elo perdido”. *Perspectivas* 32 (jul./dez. 2007): p.15-46.
- Chile. *Ministros*. Acesso em: 21/03/2016. <http://www.gob.cl/ministros/>.
- DIEESE. *Análise Cesta Básica/Salário*. Acesso em 23/03/2016.
<http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>.
- Domingos Neto, Manuel. “A necessidade dos Estudos de Defesa”. In: *Pensamento Brasileiro em Defesa*, editado por Álvaro Monteiro, Érica Winand e Luis Goldoni. Aracaju: Editora UFS, 2013.
- España N, Luis Pedro. “Una política social para la transición democrática”. In: *Venezuela 2015: Economía, Política y Sociedad*. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, 2015.
- Ferreira, Marcos A. S.V. “A contemporaneidade dos conceitos de paz e violência em Johan Galtung e sua aplicabilidade para a América do Sul”. In: *Defesa e Segurança do Atlântico Sul*. São Cristóvão: UFS, 2016.
- [Fundo Monetário Internacional](http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2014/02) (FMI), [“Argentina, Bolivia, Brazil, Chile, Mexico and Uruguay”](http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2014/02), (2014). Acesso em 22/03/2016.
<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2014/02>.
- Galtung, Johan. “Violence, Peace and Peace Research”. *Journal of Peace Research* 6, n. 3, 1969.
- _____. *Theories of Peace. A Synthetic Approach to Peace Thinking*. Oslo: International Peace Research Institute, 1967.
- Gorgal, Diego. “Seguridad Regional, seguridad interior y seguridad ciudadana. Algunas conclusiones preliminares”. In: *Seguridad y Defensa en el Cono Sur*. Buenos Aires: Caviarbleu, 2004.
- Hayes, Margaret. “Growth, Democracy, and the Middle Class in Latin America”. *Georgetown Journal of International Affairs* (Winter/Spring 2015): 96.
- Guerra, José. “Un nuevo modelo de desarrollo para Venezuela”. In: *Venezuela 2015: Economía, Política y Sociedad*. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, 2015.
- Hirschman, Albert O. *A propensity to self-subversion*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1995.
- Human Rights Watch. *Argentina*. Acesso em 23/03/2016.
<https://www.hrw.org/americas/argentina>.

- _____. *Chile*. Acesso em 23/03/2016. <https://www.hrw.org/americas/chile>.
- Instituto Igarapé. Instituto Igarapé: pensa, conecta, transforma. Acesso 26/03/2016, <https://igarape.org.br>.
- _____. Homicide Monitor. Acesso em 25/03/2016, <https://igarape.org.br/en/homicide-monitor>.
- Mares, David. “Por que os latino-americanos continuam a se ameaçar: o uso da força militar nas relações intra latino-americanas”. *Varia Historia* 28, no. 48 (July/December 2012): 599-625.
- Maya, Margarita López. “Venezuela 2014: descontento económico y protestas”. *Venezuela 2015: Economía, Política y Sociedad*. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, 2015.
- Muggah, Robert. “Na América Latina, enquanto diminui a pobreza, aumenta a violência. Por quê?”. *Americas Quarterly Web Exclusive*, October 2015. <http://www.americasquarterly.org>.
- Observatório Venezuelano de Conflitividad Social. *Conflictividad Social em Venezuela em febrero de 2016*. <http://www.observatoriodeconflictos.org.ve/oc/wpcontent/uploads/2016/03/Conflictividad-social-en-Venezuela-en-febrero-2016.pdf>.
- Observatorio Venezolano de Violencia. *Informe 2015*. Acesso em 22/03/2016. <http://revistasic.gumilla.org/2016/informe-del-observatorio-venezolano-de-violencia-2015-2/#sthash.zvUixqGJ.dpuf>.
- OCDE. *Todos Juntos ¿Por qué reducir la desigualdad nos beneficia? ...en Chile*. 2015. <https://www.oecd.org/chile/OECD2015-In-It-Together-Highlights-Chile.pdf>.
- Oliveiros, Luis. “La necesidad de instituciones”. *Venezuela 2015: Economía, Política y Sociedad*. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, 2015.
- PNUD. “Chile En Breve”. *El PNUD En Chile*. Acesso em 21/03/2016. <http://www.cl.undp.org/content/chile/es/home/countryinfo.html>.
- PNUD. *Objetivo de Desarrollo del Milenio. Tercer informe del gobierno de Chile*. 2010. <http://www.cl.undp.org/content/chile/es/home/library/mdg/los-objetivos-de-desarrollo-del-milenio--tercer-informe-del-gobi.html>.
- PNUD. *Ranking IDH Global*. 2014. Acesso em 21/03/2016. <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDH-Global-2014.aspx>.
- PNUD. *Regional Development Report 2013-2014. Citizen Security with a human face: evidences and proposals for Latin America*. Nova York, 2013.
- RESDAL. *Índice de Seguridad Pública En Centroamérica: Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicaragua Y Panamá*. Ed 2013. Buenos Aires: RESDAL, 2013. http://www.resdal.org/libro-seg-2013/resdal-indice_seg.pdf.
- Saint-Pierre, Héctor Luís. ““Defesa” ou “Segurança”? Reflexões em torno de conceitos e ideologias”. *Contexto Internacional* 33, n. 2 (Jul-Dez 2012). <http://www.scielo.br/pdf/cint/v33n2/a06v33n2.pdf>.
- Saint-Pierre, Héctor Luis. “Análisis: Fundamentos para pensar la distinción entre “defensa” y “seguridad””. In: *Atlas Comparativo de la Defensa en América Latina y Caribe*: edición 2012. 1ed. Buenos Aires: RESDAL, 2012. Acesso em 14/11/2016. www.resdal.org/atlas/atlas-libro-12-espanol.html.
- Saint-Pierre, Héctor Luis; Silva, Diego Lopes da. “A Torre de Babel sul-americana: a importância da convergência conceitual para a cooperação em Defesa”. In: *Relações Internacionais: Olhares Cruzados*. Brasília: FUNAG, 2014.

- Serbin, Andres. “La construcción de la paz, la prevención de conflictos y el rol de la sociedad civil em America Latina y el Caribe”. *Nueva Sociedad* n.198 (2005).
- Tavares dos Santos, José Vicente. “Violências, América Latina: a disseminação de formas de violência e os estudos sobre conflitualidades”. *Sociologias* ano 4, n. 8, (jul/dez 2002): 16-32.
- UNDP in Latin American and Caribbean. “Relatório Regional de Desenvolvimento Humano 2013-2014. Segurança Cidadã com Rosto Humano: Diagnóstico e Propostas para a América Latina”. 2013. Acesso em Fevereiro de 2016. <http://www.latinamerica.undp.org>.
- United Nations A/HRC/31/5 Add 4. *Report of the special rapporteur and other cruel inhuman or degrading treatment or punishment on his mission to Brazil*. Acesso em 23/03/2016. <http://www.conectas.org/pt/acoes/justica/noticia/42584>.
- Vivas, Leonardo e Consuelo Iranzo. “Notas sobre políticas económicas, políticas de empleo y democracia”. In: *Venezuela 2015: Economía, Política y Sociedad*. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, 2015.
- Zembrano Sequín, Luis. “Notas sobre las reformas económicas para el crecimiento y el rol de las Instituciones”. In: *Venezuela 2015: Economía, Política y Sociedad*. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, 2015.